Redes de Advocacy Transnacional na Amazônia: Projeto Saúde e Alegria

Samay Gomes Rocha Lima Santos[1]

Resumo: Apresentando conceitos fundamentais no estudo da governança ambiental global, o presente artigo aborda a inserção da ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA) em redes transnacionais. A iniciativa de atender populações ribeirinhas do Oeste do Pará obteve notoriedade ao ser levada para a arena internacional. Tal destaque possibilitou seu fortalecimento enquanto organização da sociedade civil local, que passou a ser financiada por instituições brasileiras e estrangeiras, em 1991. Na forma de estudo de caso, este trabalho tem o objetivo de contextualizar a trajetória de internacionalização do PSA sob a ótica de teorias consagradas no campo da governança global e das redes de ativismo transnacional.

Palavras-chave: Amazônia. Governança global. Redes. Rede de Advocacy Transnacional. Projeto Saúde e Alegria. Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

1 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: samay.rocha@gmail.com.

1 Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada no período entre 2018 e 2019, cujo intuito foi investigar a atuação de organismos da sociedade civil organizada na região do Oeste do Pará e suas conexões com entidades estrangeiras que apoiam o desenvolvimento sustentável da região amazônica. No formato de estudo de caso, o trabalho se orientou pela seguinte pergunta de pesquisa: "como organizações não governamentais, em especial o Projeto Saúde e Alegria, se utilizam das redes de *advocacy* transnacional para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia?"

O estudo evidencia que os processos de internacionalização da Amazônia não estão limitados à produção da cadeia internacional do agronegócio ou ao setor de infraestrutura e energia, que ameaçam constantemente a sua fauna e flora – a qual perdeu cerca de 29,5 milhões de hectares de vegetação nativa apenas neste século (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2019). O surgimento de entidades da sociedade civil em diversas frentes, sobretudo socioambientais, e suas coalizões sinalizam cada vez mais a presença de agentes defensores da preservação, em um espaço de disputa ideológica e territorial. Como sinalizado, elas corresponderiam a organizações que surgiram com o intuito de "[...] defender, discutir e difundir no espaço público valores, práticas e políticas ambientais de preservação do meio ambiente" (LIMA, 2016, p. 506).

Dessa forma, empresas, Organizações Internacionais (OI), Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras instituições estabelecem redes em articulação com as próprias comunidades locais. Por sua vez, essas ONGs unem forças não apenas para o combate à mudança do clima, para a conservação da biodiversidade e para a manutenção dos modos de vida tradicionais de povos da floresta, mas também arrecadam recursos para atender direitos fundamentais das populações negligenciadas. No caso do Brasil, essas entidades foram capazes de projetar o tema socioambiental na agenda política nacional, estimulando a construção de leis, normas e instituições destinadas à preservação ambiental, formulação de políticas públicas, campanhas de conscientização e educação ambiental e, por fim, à elaboração do diagnóstico dos problemas prioritários (HERCULANO, 2000 *apud* LIMA, 2016).

Desde 1985, o Projeto Saúde e Alegria (PSA) atua em Santarém e em localidades próximas, e se mostra como um caso bem sucedido diante do grande alcance de influência doméstica e internacional por uma ONG. Esse caso constata que a articulação com atores que dispõem de um arcabouço institucional mais consolidado na arena internacional – e por sua vez mais recursos financeiros – tem sido eficiente para o empoderamento de organizações dentro das redes transnacionais. Assim, sob uma perspectiva do estudo das Relações Internacionais (RI) sobre um fenômeno local, este trabalho tem o intuito de traçar a relação da governança global com os papéis desempenhados pelo PSA e por suas parcerias em redes de *advocacy* transnacional[2] (KECK; SIKKINK, 1998).

Aplicou-se a metodologia baseada na análise exploratória e descritiva, que envolve um mapeamento conceitual sobre as teorias da governança global, através de revisão de literatura composta por livros, artigos científicos, dissertações, revistas e outros periódicos. Da mesma forma, o levantamento de dados sobre a organização se embasou nas informações constantes no *website* do PSA e no seu relatório anual de 2009.

2 Governança e Redes de Advocacy Transnacional

Esta seção visa introduzir os conceitos de governança global e redes de *advocacy* transnacional, apoiando-se na teoria do liberal institucionalismo das Relações Internacionais e na Análise do Jogo de Dois Níveis (PUTNAM, 1988). Ademais, por meio da contribuição de outros autores das RI, essa seção assinalará a relevância dos agentes transnacionais quando associados em redes, independentemente dos Estados.

2.1 Governança

O advento da globalização foi responsável por, dentre tantos outros efeitos, transformar institucionalmente os meios de exercício de poder, seja ele sobre questões econômicas, políticas, sociais, culturais ou ambientais. Resultado de inúmeros processos de desterritorialização, a era globalizada tem como uma de suas características principais o aumento da interdependência dos países, referente

2 No original: Transnational Advocacy Networks.

à expectativa de efeitos recíprocos no sistema internacional, tanto entre os Estados quanto entre novos atores (NYE, 2003 *apud* RODRIGUES, 2014).

Da mesma maneira, a teoria da interdependência complexa, apresentada por Robert Keohane e Joseph Nye em meados da década de 1970, fundamenta teoricamente a inclusão de atores não-estatais na área das Relações Internacionais. Uma vez postulado que os Estados não são os únicos protagonistas do sistema e os instrumentos dominantes na política mundial se referem à cooperação econômica e às instituições internacionais, abre-se espaço para debates acerca do papel de atores comumente ignorados, relacionando-os às agendas emergentes (KEOHANE; NYE, 1988, p. 264).

De acordo com Izaura Nascimento (2011), a complexificação dessa política se dá através de um ambiente cujas influências – principalmente políticas e econômicas – se relacionam em hierarquias diversas. Nesse sentido, cada uma dessas estruturas hierárquicas representa uma área temática, que dispõe sobre uma categoria de agenda. Relaciona-se a essa classificação a pauta ambiental que, dado seu caráter abrangente, demanda cada vez mais o compartilhamento de responsabilidade entre diversos atores (NASCIMENTO, 2011).

O fenômeno da governança se refere às " [...] atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas, e não dependem necessariamente do poder de coação para que sejam aceitas e vençam resistências" (ROSENAU, 2000, p. 15). Isso significa que, por meio da governança, é possível produzir resultados sem a necessidade da força coercitiva dos Estados e, a partir da influência da ótica liberal-institucionalista, há a articulação de Organizações Internacionais, corporações multinacionais, comunidades epistêmicas e Organizações Não Governamentais transnacionais na política mundial (GONÇALVES; INOUE, 2017).

Nota-se que a concepção de governança global se aproxima da lógica do "Jogo de Dois Níveis", de Robert Putnam (1988). Isso quer dizer que a governança se distancia de uma distinção clara entre as políticas doméstica e internacional nas Relações Internacionais. Putnam (1988) reconhece que clivagens domésticas podem fomentar a cooperação internacional e, para tanto, determina que nem o nível doméstico, nem o internacional podem ser ignorados enquanto os países

permanecem interdependentes. Para ele, o primeiro nível seria composto por grupos domésticos, que alcançam seus interesses pressionando o governo a adotar políticas favoráveis. Já o segundo, representaria governos nacionais que buscam maximizar sua própria habilidade de satisfazer pressões internas e, em simultâneo, diminuem as consequências adversas para seus desenvolvimentos no ambiente externo (PUTNAM, 1988).

Se por um lado a lógica do "Jogo de Dois Níveis" tem uma percepção que alia as conjunturas sistêmica e doméstica, por outro, ignora as esferas que existem para além dos Estados e dos grupos de pressão. Nesse sentido, Deborah Avant, Martha Finnemore e Susan Sell (2010, p. 2, tradução nossa) destacam que "teorias de Relações Internacionais que focam apenas nos Estados são pobremente equipadas para compreender o caleidoscópio de atividades realizadas por um vasto grupo de agentes"[3]. Ademais, uma das tentativas dos estudos sobre a governança global é legitimar "novos espaços de decisão" em detrimento dos tradicionais, os quais muitas vezes não possuem instrumentos de garantia da participação democrática (GONÇALVES; INOUE, 2017).

A abordagem tradicional de governança global diz respeito a um conjunto de esforços institucionalizados, em certo nível, em relação às agendas e suas intersecções, dando ênfase nos processos políticos (GONÇALVES; INOUE, 2017). Nesse sentido, Finkelstein (1995, p. 368 *apud* GONÇALVES; INOUE, 2017, p. 34-35) define governança global como "qualquer atividade deliberada para 'controlar' ou influenciar alguém que ocorre na arena ocupada por nações ou, ocorrendo em outros níveis, os projetos influenciam nessa arena". Entretanto, essa perspectiva se apresenta de forma simplória ao sintetizar o conceito de governança como semelhante a qualquer governo sem autoridade soberana, ao que se opõe James Rosenau (2000). Por sua vez, ele delimita que o "[...] governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas [...]" (ROSENAU, 2000, p. 15).

Por outro lado, para Oran Young (2000 *apud* GONÇALVES; INOUE, 2017, p. 35), a "governança prescinde [necessariamente] da criação de organizações", e, para isso, envolveria "o compartilhamento de interesses, estabelecimento

3 No original: "International relations theories that focus only on states are poorly equipped to understand this kaleidoscope of activity by such a wide range of agents" (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010, p. 2).

de procedimentos de tomada de decisão, regras e atividades" de modo a contribuir para a definição de práticas sociais (GONÇALVES; INOUE, 2017). Apesar dos diferentes enfoques, Verônica Gonçalves e Cristina Inoue (2017, p. 36) destacam que governança global se refere a um conjunto de "regras do jogo", concernentes a instituições e diretrizes acerca de um dado tema inter e transfronteira, quanto a sua repercussão multinível.

Em tais instituições, os atores têm a responsabilidade de estabelecer agendas, instituições e de definir, influenciar e "fazer" política no âmbito global, o que não exige que eles sejam reconhecidos como autoridades formais. Apesar de não haver a necessidade de compreenderem a unicidade e a racionalidade dos atores envolvidos (INOUE; PRADO, 2007 *apud* GONÇALVES; INOUE, 2017), para fazer parte do processo de governança, cada um desses agentes deve reconhecer a existência do processo, além de serem reconhecidos como participantes pelos demais atores (GONÇALVES; INOUE, 2017).

O seu caráter abrangente do processo de governança global o leva a se comprometer com os diferentes níveis dos processos políticos, sejam eles locais ou regionais, subnacionais ou nacionais, microrregionais ou globais (DINGWERTH; PATTBERG, 2006 *apud* GONÇALVES; INOUE, 2017). Essa dinâmica contribuiria assim para impedir a formação de uma hierarquia entre as esferas políticas nacionais e transnacionais. Em conformidade, para autores como Dingwerth e Pattberg (2009 *apud* GONÇALVES; INOUE, 2017), outro motivo que dificulta o estabelecimento dessa hierarquia é a diversidade dos outros grupos que compõem a governança, além dos atores formais.

Ainda, a organização não hierárquica desses grupos também se deve ao reconhecimento distinto que cada ator possui dentro das relações entre os "governadores globais" (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010, p. 2). Esses governadores, ou seja, agentes da governança global, consistem em "autoridades que exercem poder para além das fronteiras com o propósito de afetar a política"[4] (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010, p. 2, tradução nossa) e, para tanto, criam questões, formulam agendas, estabelecem e implementam regras e avaliam seus resultados. Dentro de tais processos,

4 No original: "authorities who exercise power across borders for purposes of affecting policy" (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010, p. 2).

> a expertise pode impulsionar as associações profissionais a princípio, induzindo outros atores a aceitar suas propostas políticas. Organizações de *advocacy* costumam apelar para os princípios morais para obter autoridade e conquistar seguidores. As corporações às vezes ganham autoridade porque os outros as percebem como capazes de alcançar resultados (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010, p. 2, tradução nossa)[5].

Todavia, Rosenau (2000) defende que a governança global se constrói a partir de mecanismos formais e informais, hierárquicos e não hierárquicos. Assim, a governança corresponderia a uma estrutura mais complexa, que acomoda, ao mesmo tempo, diferentes centros de tomada de decisão, os quais podem ter relações de competitividade ou de cooperação. É nesse viés que Elinor Ostrom (2005) propõe o conceito da policentricidade, em que as múltiplas unidades de tomada de decisão têm algum grau de autonomia e estão sobrepostas umas às outras em vários níveis jurisdicionais, como o local, o estadual e o federal (CARLISLE; GRUBY, 2019).

A abordagem policêntrica de Ostrom (2005) observa a necessidade de estruturas de governança específicas para problemas específicos. Ao focar na localidade, estabelece como uma de suas premissas a interligação e a cooperação dos diferentes centros. Dentre as contribuições dessa visão está a garantia de uma maior capacidade de gerenciamento dos atores locais, uma maior autonomia dos grupos e, em especial, o reconhecimento da interdependência entre comunidades locais (GONÇALVES; INOUE, 2017).

Para Marshall (2009 *apud* CARLISLE; GRUBY, 2019), a policentricidade tem sido associada a um melhor acesso aos conhecimentos locais e à melhoria da transmissão de informações, devida à sobreposição dos canais de tomada de decisão. Tal arquitetura seria responsável pelo aumento da capacidade de gerenciamento adaptativo na governança global e, consequentemente, ao reconhecimento das comunidades locais como atores relevantes na elaboração de estratégias e políticas ambientais (GONÇALVES; INOUE, 2017). Tendo em vista essas considerações, a ideia da policentricidade se faz indispensável para a análise do caso que será trabalhado nas próximas seções deste artigo, à medida que se mostra como a mais adequada para ajudar a entender o papel das organizações locais.

5 No original: "Expertise might propel professional associations to the fore, inducing other actors to accept their policy proposals. Advocacy organizations often appeal to moral principles to gain authority and followers. Corporations sometimes gain authority because others perceive them as capable of achieving results" (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010, p. 2).

2.2 Redes Transnacionais

Há certa dificuldade de parte dos estudiosos das RI pensarem em outros "governadores globais" para além do Estado, dada a sua consagrada autoridade soberana no âmbito doméstico e sua legitimidade no sistema internacional (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010). Todavia, o que se manifesta como novo no contexto da globalização é o fato de setores que influenciam as forças estatais estarem se desterritorializando por meio da formação de redes e alianças de diversos níveis independentemente das fronteiras nacionais (GONÇALVES; INOUE, 2017). Para as autoras Verônica Gonçalves e Cristina Inoue (2017, p. 37), "[...] essas redes e alianças teriam, em determinados momentos e em relação a determinados temas, mais influência que muitos dos Estados".

Relações transnacionais são definidas como "interações regulares através das fronteiras nacionais quando um ator é um agente não estatal" (RISSE-KAPPEN, 2002, p. 256 *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 42). Ademais, em determinadas agendas, elas representam uma forma privilegiada de atuação de atores não governamentais que buscam influenciar as políticas domésticas, internacional e global (KECK; SIKKINK, 1998). Betsill e Bulkeley (2004) afirmam que as redes transnacionais e as instituições que operam simultaneamente em múltiplas escalas são primordiais para os processos de interesse e a criação de normas entre atores estatais e não-estatais, pois um de seus propósitos é mobilizar informação, conhecimento e valores para integrar as novas concepções de fenômenos ambientais na visão de mundo de atores públicos e privados.

Betsill e Bulkeley (2004) observam que, na área das Relações Internacionais, são destacadas três formas genéricas de redes transnacionais e suas contribuições para a governança ambiental global: as comunidades epistêmicas, as coalizões de *advocacy* transnacional[6] e a sociedade civil global. Para os fins da pesquisa proposta no presente artigo, uma maior atenção será dada às redes de *advocacy* transnacional.

As comunidades epistêmicas ganham influência por meio de regimes internacionais em virtude de suas reivindicações de conhecimento que dispõem de autoridade, e capacidade para criar consenso científico acerca de um dado assunto, em torno do qual formuladores de políticas se viram sob condições de incerteza

6 *Transnational Advocacy Networks* (KECK; SIKKINK, 1998).

(HAAS, 1990). Já a sociedade civil global corresponde à abordagem na qual os estudiosos começaram a examinar o papel das redes de forma mais radical, de modo que se afastam das análises centradas no Estado para considerar a multiplicidade de atores e instituições que influenciam nas questões ambientais globais em diferentes escalas (BETSILL; BULKELEY, 2004).

Por sua vez, o conceito de rede de *advocacy* transnacional, apresentado por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998), constitui uma perspectiva alternativa acerca da articulação de entes não governamentais. Entende-se o termo "*advocacy*" como o conceito apresentado por Marlene Libardoni (2000, p. 208), a qual define:

> [...] *advocacy* tem um significado mais amplo, denotando iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade (LIBARDONI, 2000, p. 208).

Motivadas pela defesa dessas causas, surgem redes compostas por atores estatais e não estatais, que compartilham valores, possuem discursos em comum e realizam intercâmbios de informações e serviços (KECK; SIKKINK, 1998). Por sua vez, "as redes de *advocacy* transnacional se fortalecem: quando atores domésticos encontram barreiras para influenciar Estados-nação e recorrem a organizações não governamentais internacionais ou a outros Estados em busca de apoio [...]"[7] (KECK; SIKKINK, 1998, p. 12-16 *apud* BETSILL; BULKELEY, 2004, p. 474, tradução nossa).

Como Keck e Sikkink (1998, p. 95, tradução nossa) sugerem, as redes de *advocacy* transnacional "[...] devem usar o poder de suas informações, ideias e estratégias para alterar os contextos de informação e valor através dos quais os Estados formulam políticas"[8], pois muitas vezes essas redes ainda não possuem muita força em espaços institucionais. Dessa forma, as estratégias encontradas são a coação dos Estados para se adequarem a compromissos internacionais, o levantamento de recursos materiais por meio de processos de sanção e de constrangimento e a

7 No original: "TAN are forged when: domestic actors find their influence over nation-states blocked, and turn to international nongovernmental organizations or other nationstates for support [...]" (KECK; SIKKINK, 1998, p. 12-16 *apud* BETSILL; BULKELEY, 2004, p. 474).
8 No original: "[...] they must use the power of their information, ideas and strategies to alter the information and value context within which states make policies" (KECK; SIKKINK, 1998, p. 95).

persuasão de outros atores pelo jogo de informações sobre o quadro de determinado problema diretamente ligado à figura estatal (BETSILL; BULKELEY, 2004).

3 Projeto Saúde e Alegria e Redes de *Advocacy* Transnacional

Reconhecido como uma das iniciativas de promoção e defesa de causas, o Projeto Saúde e Alegria identificou no *advocacy* transnacional a oportunidade de promoção e de defesa dos direitos fundamentais das comunidades assistidas "[...] como um processo de mudança e transformação social [...]" (LIBARDONI, 2000, p. 209). Por meio de sua ação direcionada, o projeto desenvolve as estratégias de caráter global da rede de *advocacy* transnacional em âmbito micro, traduzindo-a para a realidade local. Assim, a presente seção tem o intuito de traçar a trajetória do Projeto Saúde e Alegria desde o seu surgimento e o seu plano de atuação até os dias atuais, reiterando o papel-chave que a ONG desempenha para o desenvolvimento sustentável da região.

3.1 O Projeto Saúde e Alegria

Em 1983, o médico sanitarista Eugênio Scannavino havia sido contratado pela Prefeitura de Santarém (PA) para prestar serviços de assistência à saúde das comunidades ribeirinhas, contudo, após dois anos, as atividades foram suspensas em razão do término do mandato municipal vigente. A partir de então, Scannavino passou a atuar de maneira independente e com recursos próprios, dando origem ao Projeto Saúde e Alegria. Assistindo populações dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, localizados na região do oeste do Pará, a maior parte do trabalho do PSA tem se concentrado nas comunidades que vivem na área da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, na Floresta Amazônica (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL, 2009).

A Resex Tapajós-Arapiuns é uma das maiores Unidades de Conservação (UC) do Brasil e também é a mais populosa, com cerca de 23 mil habitantes, divididos em 72 comunidades (PENA; HENRIQUES, 2015). Esses grupos são resultantes de antigas vilas de missões religiosas e de aldeias indígenas, que ao longo do tempo se misturaram com migrantes de diferentes origens. Seu estilo de

vida tradicional é baseado na prática do extrativismo, na agricultura familiar e na tradição oral de transmissão de saberes que "[...] explicam seus cuidados com a natureza e sua luta pelo território" (PENA; HENRIQUES, 2015, p. 11). Dada a grande distância entre essa região e os centros urbanos, o difícil acesso à reserva por vias fluviais é também uma barreira para o amparo de políticas públicas municipais aos habitantes, que muitas vezes são negligenciados pelos governos locais (PENA; HENRIQUES, 2015).

Como uma resposta da sociedade civil para a ausência de políticas públicas locais, estaduais e federais, em 1985 surge o Projeto Saúde e Alegria. Define-se como uma entidade civil sem fins lucrativos que "atua na Amazônia com o objetivo de promover e apoiar processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, que contribuam de maneira demonstrativa no aprimoramento de políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania" (CEAPS, 2009). Com um trabalho inicial focado no atendimento médico, em ações de prevenção à doença e combate aos altos níveis de desnutrição e de mortalidade infantil, ao longo de sua existência, o projeto passou a incorporar programas integrados nas áreas de organização social, de direitos humanos, do meio ambiente, da saúde, do saneamento, de geração de renda, da educação, da cultura e da inclusão digital (PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2020).

Em 2014, o PSA contava com uma equipe interdisciplinar composta por médicos, enfermeiros, agrônomos, comunicadores, artistas e educadores, que atendia cerca de 30 mil pessoas em visitas regulares às comunidades, sendo um forte apoio na defesa de suas terras e recursos naturais e na viabilidade econômica, social e sustentável de seus territórios. Um dos maiores objetivos do PSA está ligado ao fortalecimento desses povos, de modo que busca "respaldar as unidades territoriais ocupadas por comunidades tradicionais [...], entendendo o território como espaço marcado não apenas pelas dimensões geográficas, mas também pelas relações humanas, econômicas e culturais" (PENA; HENRIQUES, 2015, p. 5).

O pontapé de seu engajamento com diferentes agendas foi viabilizado, em 1987, pelo primeiro convênio de cooperação junto ao Fundo de Investimento Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Finsocial/BNDES), que três anos mais tarde seria extinto em virtude da crise econômica do início da

década de 90. Nessa mesma época, o PSA, juntamente a outras organizações da sociedade civil, foi selecionado para representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (UNCED-92). Tal repercussão aproximou o PSA de diversas agências de cooperação e instituições estrangeiras que se dedicavam à pauta socioambiental (CEAPS, 2009).

O período de instabilidade de recursos levou a entidade a estruturar sua gestão com uma busca permanente pela sustentabilidade das ações. Reconhecer a importância do monitoramento e da sistematização e estabelecer uma política de parcerias e alianças estratégicas com instituições afins, públicas e privadas consistiram nas ações indispensáveis para sua reestruturação. Desde 1991, o PSA tem estabelecido convênios de cooperação com fundações, organizações, ONGs nacionais e internacionais para o financiamento e a colaboração com o trabalho já desenvolvido por ele (CEAPS, 2009).

Nesse sentido, organizações como o BNDES, a agência de cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Instituto Ayrton Senna, o Instituto *Terre des Hommes*, a Fundação Ford e a ONG *World Wide Foundation* (WWF) representam alguns dos atores que contribuem para a continuidade da atuação do PSA. Paralelamente, o PSA está atualmente inserido em coletivos de entidades com iniciativas de cunho social – como a Clinton Global Initiative (CGI) –, redes de empreendedores sociais – Redes Ashoka, Avina e Schwab –, fóruns e grupos de trabalho para o desenvolvimento sustentável – Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (FBOMS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Fórum da Amazônia Sustentável (FAS), entre outras (PSA, 2020).

Do mesmo modo, o projeto está articulado no âmbito nacional com grupos de trabalho intersetoriais, incluindo órgãos públicos, além de ONGs e movimentos sociais. O PSA possui parceiros dentre organizações privadas, como a empresa de cosméticos Natura, da mesma forma que instituições públicas – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOP) e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) –, as quais unem forças para executar programas de empreendedorismo

sustentável, economia de base comunitária na floresta e atividades de pesquisa e extensão rural, com exemplo do barco-hospital Abaré e Vadeias Florestais (PSA, 2020).

3.2 Impactos da Ação

Diante dos processos do desenvolvimento capitalista desigual entre os países, o envolvimento de agentes de diferentes origens dentro das mesmas redes retoma as características da cooperação Norte-Sul. Nela, a transferência de recursos e de conhecimentos de grupos ativistas do Norte para o Sul Global tenderia ao empoderamento desses últimos (RODRIGUES, 2011). De acordo com Maria Rodrigues (2011), esse empoderamento se refere ao aumento, a longo prazo, na capacidade técnica e política de uma organização ou grupo de organizações que participam de uma rede de *advocacy* transnacional durante sua mobilização.

Desta forma, ao estabelecer agendas, executar o trabalho de base e difundir informações a partir de uma visão local de problemas globalizados, o Projeto Saúde e Alegria representa o ator-chave passível de fortalecimento dentro dessas redes. Alocado em redes de *advocacy* transnacional, o projeto deu visibilidade à violação de direitos humanos que as populações da Resex Tapajós-Arapiuns vivem frente à indiferença das políticas públicas e à ameaça de empresas madeireiras, mineradoras e agropecuárias naquele território, além de expor demandas ambientais que também são necessárias para assegurar a qualidade de vida dessa população.

Visto isso, o PSA consolidou não apenas sua participação em alianças transnacionais, como também consolidou sua participação nas instâncias de decisão nos territórios e de fomento ao desenvolvimento econômico comunitário. Organizações como a Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (TAPAJOARA), a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (FCFT), o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Tapajós, a Associação dos Produtores Rurais Extrativistas da Margem Esquerda do Tapajós, a Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós e a Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (Turiarte) contam com a presença do PSA em sua composição (PSA, 2020).

Dado que o projeto integra muitos dos conselhos decisórios locais, um dos principais fatores que contribuem para o grande êxito do PSA na região consiste no fato de ser ele composto por representantes das próprias comunidades atendidas. Ao invés de oferecer apenas assistência, seu propósito é a participação no desenvolvimento regional a curto, médio e longo prazo. Assim, populações rurais extrativistas em Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), dos Territórios Indígenas e Quilombolas têm acesso à implantação de sistemas de manejo sustentável da floresta, agroecologia e reposição florestal, energias renováveis e turismo de base comunitária. Isso permite que essas famílias tenham independência financeira, ao passo que também permite a emancipação comunitária frente a ausência de amparo governamental (PSA, 2020).

Por outro lado, o espaço de troca proporcionado pelo PSA já é uma forma de consolidação do intercâmbio social, cultural, político e de conhecimento entre os grupos habitantes da região do Oeste de Pará. É a partir dessa interação que são formuladas reivindicações de demandas comuns e se estabelecem pactos para a defesa dos modos de vida tradicionais e proteção de seus territórios frente a ameaças constantes (PSA, 2020).

Ademais, o próprio PSA representa uma oportunidade de protagonismo das comunidades tradicionais da Resex na elaboração de estratégias e de políticas ambientais (GONÇALVES; INOUE, 2017). Interconectando vários centros de tomada de decisão, o reconhecimento das experiências dos povos e das comunidades tradicionais pode privilegiar epistemologias e visões de mundo tradicionais, mesmo diante de esferas formais de formulação de políticas (OSTROM, 2005).

4 Considerações Finais

O Projeto Saúde e Alegria (PSA) foi criado para suprir uma forte demanda de serviços assistenciais de saúde, educação, cultura e desenvolvimento econômico na região da Resex Tapajós-Arapiuns, Unidade de Conservação localizada no Oeste do estado do Pará. Enquadrado no contexto das redes, cujo propósito maior é a preservação do meio ambiente e a manutenção de formas de vida tradicionais e sustentáveis, o projeto expandiu suas ações para atender mais comunidades e teve

acesso a recursos financeiros e capacitação, além de aproximação a organizações aliadas às suas agendas em várias partes do mundo (PSA, 2020).

A ausência de espaços de participação ativa da população tapajoara e a inexistência de oportunidades para a manifestação de suas visões de mundo acerca de problemas globais certamente estão relacionadas ao fenômeno da globalização. Todavia, o surgimento da governança global e a formação de redes consistem em novas oportunidades para o exercício da democracia em espaços privilegiados de influência política e de tomada de decisão (KECK; SIKKINK, 1998).

Dessa forma, o PSA representa não apenas uma organização que defende os direitos das comunidades da região do Tapajós, mas também uma coalizão transnacional de forças que exerce influência em determinados níveis da política global. Dado que os Estados não detêm proeminência sobre os demais atores internacionais organizados em redes transnacionais, organizações da sociedade civil têm se proposto cada vez mais à inclusão de grupos negligenciados no contexto político, diante de diferentes agendas de desenvolvimento.

Transnational Advocacy Networks in the Amazon: Health and Happiness Project

Abstract: Introducing fundamental concepts in the global environmental governance studies, the present article approaches the insertion of Health and Happiness Project (PSA – acronym in Portuguese) in the transnational networks. The initiative of accommodating Western Para's riparian populations gained some renown when it was taken to the international arena. That acknowledgment allowed its strengthening as a local civil society organization that started to be funded by Brazilian and foreign institutions, in 1991. Shaped as a case study, this paper's purpose is to context the pathway of PSA internationalization from the perspective of consecrated theories in the field of global governance and Transnational Advocacy Networks.

Keywords: Amazon. Global governance. Networks. Transnational advocacy networks. Health and Happiness Project. Tapajos-Arapiuns Extractive Reserve.

Referências

AVANT, Deborah D.; FINNEMORE, Martha; SELL, Susan K. Who governs the globe?. *In*: AVANT, Deborah D.; FINNEMORE, Martha; SELL, Susan K. (eds.). **Who Governs the Globe?.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1-31.

BETSILL, Michele M.; BULKELEY, Harriet. Transnational Networks and Global Environmental Governance: The Cities for Climate Protection Program. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 48, n. 2, p. 471-493, jun. 2004. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3693583. Acesso em: 27 maio 2021.

CARLISLE, Keith; GRUBY, Rebecca L. Polycentric Systems of Governance: A Theoretical Model for the Commons. **Policy Studies Journal**, v. 47, n. 4, p. 927-952, ago. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1111/psj.12212. Acesso em: 27 maio 2021.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL (CEAPS). Projeto Saúde & Alegria. Santarém, 2009. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/01/psa_relat_anual_2009-1.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

GONÇALVES, Veronica Korber; INOUE, Cristina Yumie Aoki. Governança Global: Uma Ferramenta de Análise. *In*: SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção (org.). **Brasil e o Sistema das Nações Unidas**: desafios e oportunidades na governança global. Brasília: Ipea, 2017. p. 27-57.

HAAS, Peter M. **Saving the Mediterranean**: The Politics of International Environmental Cooperation. New York: Columbia University Press, 1990.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics. Ithaca/London: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Poder e Interdependencia**: La política mundial en transición. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos Teóricos e Visão Estratégica da *Advocacy*. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 8, n. 2, p. 207-222, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936. Acesso em: 27 maio 2021.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Sociedade civil e meio ambiente: a atuação das ONGs socioambientais na região metropolitana de João Pessoa – PB e sua contribuição à legitimação social dos problemas ambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, n. 1, p. 499-520, ago. 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44895/29136. Acesso em: 12 mar. 2021.

NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. **Globalização Ambiental, Organizações Não Governamentais e Redes na Amazônia**. Orientadora: Cristina Y. A. Inoue. 2011. 256 f. Doutorado (Tese) – Pós-Graduação em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Roraima, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/11035. Acesso em: 27 maio 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Amazônia perdeu '1 Equador' em florestas apenas neste século**. Online, 22 mar. 2019. Disponível em: https://www.oc.eco.br/amazonia-perdeu-1-equador-em-florestas-apenas-neste-seculo/#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20perdeu%2029%2C5,equivalente%20ao%20territ%C3%B3rio%20do%20Equador.&text=Os%20resultados%20obtidos%20indicam%20que,41%25%20da%20%C3%A1rea%20de%20agropecu%C3%A1ria. Acesso em: 12 mar. 2021.

OSTROM, Elinor. **Understanding Institutional Diversity**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PENA, Fábio ; HENRIQUES, Giuliana (org.). **Almanaque da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns**: prazer em conhecer. Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS/PSA), 2015. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Almanaque-Resex-pag-dupla_bx2.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA (PSA). **Redes e Articulações**. 2020. Disponível em: https://saudeealegria.org.br/desenvolvimento-territorial/redes-e-articulacoes/. Acesso em: 15 set. 2020.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, Cambridge, v. 42, n. 3, p. 427-460, jun./ago. 1988. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0020818300027697. Acesso em: 13 jun. 2019.

RODRIGUES, Maria G. Rethinking the Impact of Transnational Advocacy Networks. **New Global Studies**, Online, v. 5, n. 2, p. 1-21, jul. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.2202/1940-0004.1124. Acesso em: 12 mar. 2021.

RODRIGUES, Noeli. Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas Organizações Internacionais. **Conjuntura Global**, Online, v. 3, n. 2, p. 107-116, jun. 2014. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/conjgloblal/article/view/37591/22998. Acesso em: 11 jun. 2019.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. *In*: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.